



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
FEVEREIRO/2026

Contexto Operacional

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso do Sul (Crea-MS) é uma autarquia federal de fiscalização profissional, criada com base na Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regula o exercício das profissões da engenharia, agronomia, geologia, geografia e meteorologia, bem como das atividades dos tecnólogos dessas áreas. Possui personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, e está vinculado ao Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), integrando o Sistema Confea/Crea e Mútua. Sua sede está situada na Rua Sebastião Taveira, 268, bairro São Francisco, CEP 79010-210, na cidade de Campo Grande, estado de Mato Grosso do Sul.

O Crea exerce suas atividades dentro da jurisdição do estado de Mato Grosso do Sul, sendo responsável por registrar, fiscalizar e orientar o exercício das atividades profissionais regulamentadas, zelando pela legalidade, segurança e ética nas atividades técnicas desenvolvidas por pessoas físicas e jurídicas.

Entre suas competências, destaca-se a fiscalização do exercício profissional para coibir o exercício ilegal das profissões regulamentadas; o registro de profissionais e empresas; a aplicação de sanções disciplinares e administrativas; e a promoção de ações educativas e institucionais voltadas ao fortalecimento das profissões abrangidas pelo Sistema.

O Crea administra seus recursos de acordo com a legislação aplicável às autarquias públicas federais, com base nas diretrizes orçamentárias definidas pelo Confea. A principal fonte de receita do Conselho é a arrecadação das anuidades, taxas e emolumentos, pagos por profissionais e empresas registradas, conforme estabelecido em normativos próprios. Os recursos são aplicados na manutenção das atividades finalísticas do Conselho, no aprimoramento da fiscalização, no desenvolvimento de sistemas e tecnologias de suporte, além de projetos de valorização profissional.

Base da Preparação e Elaboração das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis do Crea-MS foram elaboradas em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 11ª edição, a Lei nº 4.320, de 17 de março de

1964, a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), bem como as demais legislações aplicáveis.

Para fins de reconhecimento e mensuração, adotou-se o regime de competência na base patrimonial e o regime misto de caixa e competência na base orçamentária, conforme disposto no art. 35 da Lei nº 4.320/1964, considerando-se como moeda funcional o Real (R\$).

Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis do Crea-MS estão definidas e apresentadas a seguir. Ressalta-se que tais políticas vêm sendo aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados, em conformidade com as normas contábeis vigentes e com os princípios estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Nota Explicativa 1

Balanco Patrimonial

O Balanço Patrimonial evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial e financeira do Crea em determinada data, por meio da apresentação de seus ativos, passivos e patrimônio líquido.

Os ativos compreendem os bens e direitos da entidade; os passivos, as obrigações assumidas; e o patrimônio líquido, a diferença entre o ativo e o passivo, representando o resultado acumulado da gestão patrimonial.

A demonstração é elaborada em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e demais dispositivos legais vigentes, observando o regime de competência, e tem por finalidade subsidiar a análise da posição patrimonial, a transparência e a prestação de contas.

O balanço patrimonial no âmbito do Crea-MS possui a seguinte estrutura:

BALANÇO PATRIMONIAL			
Ativo Circulante		Passivo Circulante	
Caixa e Equivalentes de Caixa		Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	
Créditos a Curto Prazo		Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		Fornecedores e Contas A Pagar a Curto Prazo	
Estoques		Obrigações de Repartição a Outros Entes	
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente		Provisões a Curto Prazo	



	Demais Obrigações a Curto Prazo
Ativo Não-Circulante	Passivo Não-Circulante
Ativo Realizável a Longo Prazo	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo
Imobilizado	Fornecedores a Longo Prazo
Intangível	Obrigações Fiscais a Longo Prazo
	Provisões a Longo Prazo
	Patrimônio Líquido
	Patrimônio Social e Capital Social
	Ajuste De Avaliação Patrimonial
	Demais Reservas
	Resultados Acumulados

Em fevereiro/2026, o Balanço Patrimonial apresenta um montante de R\$ 183.364.346,88 refletindo a situação patrimonial e financeira da entidade na data-base.

O valor registrado na conta Resultados Acumulados corresponde a R\$ 181.856.438,43, representando o patrimônio líquido acumulado decorrente dos resultados apurados ao longo dos exercícios anteriores.

Em comparação ao mês em referência do exercício anterior, cujo saldo total do Balanço Patrimonial era de R\$ 129.949.362,54, observa-se um aumento de R\$ 51.907.075,89, evidenciando a variação patrimonial ocorrida no período.

Nota Explicativa 1.1

Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e Equivalentes de Caixa compreendem os recursos financeiros disponíveis para uso imediato, incluindo o dinheiro em espécie, saldos bancários em conta corrente e aplicações financeiras de alta liquidez, com baixo risco de variação de valor e vencimento original de até três meses. Esses recursos são essenciais para garantir o cumprimento das obrigações financeiras de curto prazo e a continuidade das atividades institucionais do Conselho.

Neste item estão incluídas as contas contábeis 1.1.1.1.1.01 – Bancos Conta Movimento e 1.1.1.1.2.02 – Bancos Conta Vinculada a Aplicações Financeiras, que registram, respectivamente,



os recursos disponíveis para movimentação operacional e os valores aplicados em instituições financeiras, com resgate de curto prazo e baixo risco de variação de valor.

Os saldos dessas contas correspondem às disponibilidades existentes em fevereiro de 2026, devidamente conciliadas com os extratos bancários, conforme controles contábeis e financeiros.

CONTA	SALDO ANTERIOR	DÉBITOS	CRÉDITOS	SALDO
1.1.1 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	48.951.396,16D	15.179.715,93	12.872.732,84	51.258.379,25D
1.1.1.1.1 - DISPONÍVEL	303.568,16D	9.604.119,59	9.772.732,84	134.954,91D
1.1.1.1.1.01 - BANCOS-C/MOVIMENTO	303.568,16D	3.305.278,67	3.473.891,92	134.954,91D
1.1.1.1.2 - DISPONÍVEL VINCULADO EM C/C BANCÁRIA	48.647.828,00D	5.575.596,34	3.100.000,00	51.123.424,34D
1.1.1.1.2.02 - BANCOS-C/VINCULADA A APLICAÇÕES FINANCEIRAS	48.647.828,00D	5.575.596,34	3.100.000,00	51.123.424,34D

Nota Explicativa 1.2

Créditos a Curto Prazo

Créditos de Curto Prazo correspondem aos direitos financeiros que possuem expectativa de recebimento no prazo máximo de 12 meses a contar da data do balanço. A gestão desses créditos é fundamental para garantir a liquidez necessária ao cumprimento das obrigações financeiras e para a manutenção das atividades institucionais do Conselho.

No Crea-MS, estão incluídos nesta conta os direitos a receber de profissionais e empresas referentes ao exercício atual e ao exercício anterior, bem como os créditos não inscritos em dívida ativa e a dívida ativa tributária, conforme demonstrado a seguir.

É importante destacar que, no mês de fevereiro, foram realizados ajustes nos créditos a receber, com o objetivo de evidenciar exclusivamente os valores efetivamente devidos ao Conselho, tanto de pessoas físicas quanto jurídicas, relativos ao exercício corrente e aos exercícios anteriores, com base em relatórios de dados fornecidos pelo Departamento Administrativo.

CONTA	SALDO ANTERIOR	DÉBITOS	CRÉDITOS	SALDO
1.1.2.1.2 - PROFISSIONAIS E EMPRESAS DO EXERCÍCIO	2.722.122,86C	19.312.213,56	4.754.042,32	11.836.048,38D
1.1.2.1.2.01 - PESSOA FÍSICA DO EXERCÍCIO	1.917.199,89C	9.453.193,98	1.924.881,06	5.611.113,03D

1.1.2.1.2.01.01 - PF - Nível Superior	1.923.728,74C	9.429.927,22	1.914.953,78	5.591.244,70D
1.1.2.1.2.01.02 - PF - Nível Médio	6.528,85D	23.266,76	9.927,28	19.868,33D
1.1.2.1.2.02 - PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO	804.922,97C	9.859.019,58	2.829.161,26	6.224.935,35D
1.1.2.1.2.02.01 - PJ - Faixa 1	207.337,30C	1.303.314,17	258.353,00	837.623,87D
1.1.2.1.2.02.02 - PJ - Faixa 2	59.423,31C	2.349.394,85	615.882,58	1.674.088,96D
1.1.2.1.2.02.03 - PJ - Faixa 3	155.087,71D	1.493.380,33	543.012,50	1.105.455,54D
1.1.2.1.2.02.04 - PJ - Faixa 4	76.838,44C	1.080.518,02	266.152,30	737.527,28D
1.1.2.1.2.02.05 - PJ - Faixa 5	37.965,45C	870.250,58	252.899,23	579.385,90D
1.1.2.1.2.02.06 - PJ - Faixa 6	199.797,05C	1.373.195,66	475.354,29	698.044,32D
1.1.2.1.2.02.07 - PJ - Faixa 7	378.649,13C	1.388.965,97	417.507,36	592.809,48D
1.1.2.1.3 - PROFISSIONAIS E EMPRESAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	118.339,18C	7.561.511,14	181.787,19	7.261.384,77D
1.1.2.1.3.01 - PESSOA FÍSICA DO EXERCÍCIO ANTERIOR	72.156,98C	3.039.758,38	85.325,02	2.882.276,38D
1.1.2.1.3.01.01 - PF - Nível Superior - Exercício Anterior	71.804,72C	3.025.675,71	85.325,02	2.868.545,97D
1.1.2.1.3.01.02 - PF - Nível Médio - Exercício Anterior	352,26C	14.082,67	0,00	13.730,41D
1.1.2.1.3.02 - PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	46.182,20C	4.521.752,76	96.462,17	4.379.108,39D
1.1.2.1.3.02.01 - PJ - Faixa 1 - Exercício Anterior	5.820,40C	582.876,63	18.430,17	558.626,06D
1.1.2.1.3.02.02 - PJ - Faixa 2 - Exercício Anterior	6.030,39C	1.347.627,24	18.524,53	1.323.072,32D
1.1.2.1.3.02.03 - PJ - Faixa 3 - Exercício Anterior	7.146,72C	867.536,71	11.786,05	848.603,94D
1.1.2.1.3.02.04 - PJ - Faixa 4 - Exercício Anterior	3.664,88C	560.625,58	11.105,74	545.854,96D
1.1.2.1.3.02.05 - PJ - Faixa 5 - Exercício Anterior	555,29C	364.618,88	6.663,48	357.400,11D
1.1.2.1.3.02.06 - PJ - Faixa 6 - Exercício Anterior	13.411,14C	432.561,14	16.625,39	402.524,61D
1.1.2.1.3.02.07 - PJ - Faixa 7 - Exercício Anterior	9.553,38C	365.906,58	13.326,81	343.026,39D
1.1.2.1.5.01 - Créditos não Inscritos em Dívida Ativa - Decorrente de Anuidades	22.353.997,71D	0,00	0,00	22.353.997,71D
1.1.2.1.5.02 - Créditos não Inscritos em Dívida Ativa - Decorrentes de multas disciplinares Lei 5194/66 e 6496/77	7.880.123,40D	0,00	0,00	7.880.123,40D



Nota Explicativa 1.3

Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Demais Créditos e Valores a Curto Prazo compreendem os direitos e valores a receber pela entidade que não se enquadram nas categorias específicas de receitas operacionais, mas que são esperados para liquidação no prazo máximo de 12 meses a partir da data do balanço. Esses ativos são gerenciados com o objetivo de garantir a adequada disponibilidade de recursos para as operações e para o cumprimento das obrigações institucionais.

Esta conta registra os adiantamentos concedidos a pessoal e a terceiros, incluindo suprimentos de fundos, adiantamentos de férias, tributos a recuperar e restituições a receber.

CONTA	SALDO ANTERIOR	DÉBITOS	CRÉDITOS	SALDO
1.1.3 - DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	260.222,53D	69.857,79	191.344,03	138.736,29D
1.1.3.1 - ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	249.813,19D	69.564,86	191.344,03	128.034,02D
1.1.3.1.1 - DISPONIBILIDADE EM TRÂNSITO	4.726,31D	6.700,00	4.770,79	6.655,52D
1.1.3.1.1.01 - RESPONSÁVEL POR SUPRIMENTO	375,38D	1.000,00	375,38	1.000,00D
1.1.3.1.1.02 - RESPONSÁVEL POR SUPRIMENTO SEDE	3.701,90D	5.000,00	3.944,47	4.757,43D
1.1.3.1.1.03 - RESPONSÁVEL POR SUPRIMENTO INSPETORIA/REGIONAL	649,03D	700,00	450,94	898,09D
1.1.3.1.2 - ADIANTAMENTOS A PESSOAL	245.086,88D	62.864,86	186.573,24	121.378,50D
1.1.3.1.2.01 - Adiantamento de Férias	239.948,97D	58.516,40	181.846,55	116.618,82D
1.1.3.1.2.05 - Estouro Folha de Pagto	4.024,77D	4.348,46	4.024,77	4.348,46D
1.1.3.1.2.06 - Vale Transporte	1.113,14D	0,00	701,92	411,22D
1.1.3.2.1.03 - TRIBUTOS A RECUPERAR	4.278,80D	0,00	0,00	4.278,80D
1.1.3.2.1.03.01 - ISSQN	2.283,70D	0,00	0,00	2.283,70D
1.1.3.2.1.03.03 - INSS Retido s/ NF de Serviços	1.464,49D	0,00	0,00	1.464,49D
1.1.3.2.1.03.07 - IN-RFB 1.234/12 - COD. 6190	530,61D	0,00	0,00	530,61D
1.1.3.8 - OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	6.130,54D	292,93	0,00	6.423,47D
1.1.3.8.1 - VALORES A RECEBER	6.130,54D	292,93	0,00	6.423,47D
1.1.3.8.1.01 - Restituições a Receber	6.130,54D	292,93	0,00	6.423,47D

O saldo da conta 1.1.3.8.1.01 corresponde a valores relacionados a restituições a receber, devidamente identificados e em processo de regularização.

Foram registrados débitos nessa conta decorrentes de diferenças identificadas em pagamentos, sendo: uma diária paga com valor excedente de R\$ 0,10, outra diária de funcionário com diferença de R\$ 0,01, e a Nota Fiscal nº 6762, da empresa Novo Engenho, em razão de



pagamento a maior, ocasionado por erro de cálculo, quando o correto seria considerar apenas o valor correspondente aos honorários pelo serviço prestado.

Nota Explicativa 1.4

Estoques

Estoques referem-se aos bens e materiais mantidos para consumo interno nas atividades administrativas e operacionais do Conselho. Esses itens não são destinados à venda, mas são essenciais para a continuidade e eficiência dos serviços prestados.

Esta conta compreende os materiais de consumo, incluindo materiais de escritório, materiais destinados ao uso administrativo e operacional, bem como demais materiais consumíveis.

CONTA	SALDO ANTERIOR	DÉBITOS	CRÉDITOS	SALDO
1.1.5 - ESTOQUES	296.822,71D	0,00	0,00	296.822,71D
1.1.5.6 - ALMOXARIFADO	296.822,71D	0,00	0,00	296.822,71D
1.1.5.6.1 - MATERIAL DE CONSUMO	296.822,71D	0,00	0,00	296.822,71D
1.1.5.6.1.01 - Materiais de Consumo	296.822,71D	0,00	0,00	296.822,71D

Nota Explicativa 1.5

Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente correspondem aos desembolsos referentes a despesas antecipadas, que ainda não foram reconhecidas no resultado do exercício. À medida que os serviços são prestados ou os bens consumidos, a despesa correspondente é reconhecida, promovendo a devida redução patrimonial. Essa prática assegura o correto reconhecimento das despesas conforme o regime de competência, em conformidade com as normas contábeis vigentes.

No Crea-MS, esta conta abrange os seguros de veículos e as assinaturas de jornais e software.

CONTA	SALDO ANTERIOR	DÉBITOS	CRÉDITOS	SALDO
1.1.9 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	166.135,14D	816,00	58.796,14	108.155,00D
1.1.9.1 - PRÊMIOS DE SEGUROS A APROPRIAR	20.517,12D	0,00	3.378,14	17.138,98D
1.1.9.1.1 - PRÊMIOS DE SEGUROS VEÍCULOS	20.517,12D	0,00	3.378,14	17.138,98D
1.1.9.1.1.01 - Seguros de Veículos	20.517,12D	0,00	3.378,14	17.138,98D
1.1.9.3 - ASSINATURAS E ANUIDADES A APROPRIAR	101.738,26D	0,00	11.538,24	90.200,02D
1.1.9.3.1 - ASSINATURAS DE JORNAIS E REVISTAS	213,46D	0,00	28,33	185,13D



1.1.9.3.1.01 - Assinaturas de Jornais	213,46D	0,00	28,33	185,13D
1.1.9.3.2.01 – Assinatura de Software / Antivírus	101.524,80D	0,00	11.509,91	90.014,89D
1.1.9.9.1.01 – Despesas a Regularizar	43.879,76D	816,00	43.879,76	816,00D

Saldo da conta Despesas a Regularizar, registrada no Ativo, refere-se ao registro provisório de despesa com gratificação de função vinculada ao centro de custos 1.04.03.002 – PJU – Salários, Encargos e Benefícios – Emprego em Comissão – Quadro Efetivo.

Tal registro ocorreu no momento da baixa do pagamento, em razão da insuficiência de empenho na conta 6.2.2.1.1.01.01.01.004 – Gratificação de Função, permanecendo temporariamente classificado nesta conta até a emissão do empenho correspondente, para posterior regularização.

Referente à folha de pagamento de janeiro/2026.

Nota Explicativa 1.6

Ativo Realizável a Longo Prazo

O Ativo Realizável a Longo Prazo corresponde aos direitos e valores que se espera realizar ou receber em prazo superior a 12 meses a partir da data do balanço, incluindo:

- a dívida ativa tributária, decorrente de anuidades;
- a dívida ativa não tributária, decorrente de multas disciplinares.

Além disso, esta classificação inclui os depósitos restituíveis e valores vinculados constantes dos demais créditos e valores a longo prazo, entre os quais se destaca a conta Depósito para Interposição de Recursos – Trabalhista.

CONTA	SALDO ANTERIOR	DÉBITOS	CRÉDITOS	SALDO
1.2.1 - ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	41.188.566,00D	0,00	368.684,00	40.819.882,00D
1.2.1.1 - CRÉDITOS A LONGO PRAZO	41.110.071,33D	0,00	368.684,00	40.741.387,33D
1.2.1.1.3 - DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	9.274.483,94D	0,00	274.065,03	9.000.418,91D
1.2.1.1.3.01 - Decorrente de anuidades	9.274.483,94D	0,00	274.065,03	9.000.418,91D
1.2.1.1.4 - DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA - CLIENTES	31.835.587,39D	0,00	94.618,97	31.740.968,42D
1.2.1.1.4.01 - DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA - PROFISSIONAIS E EMPRESAS (CLIENTES)	31.835.587,39D	0,00	94.618,97	31.740.968,42D
1.2.1.1.4.01.01 - Decorrentes de multas disciplinares Lei 5194/66 e 6496/77	31.835.587,39D	0,00	94.618,97	31.740.968,42D
1.2.1.2 - DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	78.494,67D	0,00	0,00	78.494,67D
1.2.1.2.5 - DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	78.494,67D	0,00	0,00	78.494,67D
1.2.1.2.5.01 - Depósitos para Interposição de Recursos - Trabalhista	78.494,67D	0,00	0,00	78.494,67D



Nota Explicativa 1.7

Imobilizado e Intangível

O Imobilizado compreende os bens tangíveis de uso próprio do Crea-MS, destinados à manutenção de suas atividades institucionais. Esta categoria inclui mobiliário, máquinas, veículos, equipamentos de informática, obras de arte, edifícios, terrenos e outros bens de natureza similar.

O Ativo Intangível compreende bens não tangíveis com valor econômico, empregados nas atividades institucionais do Crea-MS para assegurar a continuidade de suas operações, sendo constituído principalmente pelos softwares utilizados pela entidade.

CONTA	SALDO ANTERIOR	DÉBITOS	CRÉDITOS	SALDO
1.2.3 - IMOBILIZADO	39.771.137,37D	1.344.238,00	0,00	41.115.375,37D
1.2.3.1 - BENS MÓVEIS	7.198.587,37D	54.238,00	0,00	7.252.825,37D
1.2.3.1.1 - BENS MOVEIS	7.198.587,37D	54.238,00	0,00	7.252.825,37D
1.2.3.1.1.01 - Mobiliário em Geral	1.171.128,99D	0,00	0,00	1.171.128,99D
1.2.3.1.1.02 - Máquinas, Motores e Aparelhos	938.029,00D	54.238,00	0,00	992.267,00D
1.2.3.1.1.05 - Veículos	2.713.528,85D	0,00	0,00	2.713.528,85D
1.2.3.1.1.06 - Equipamentos de Informática	2.246.844,75D	0,00	0,00	2.246.844,75D
1.2.3.1.1.08 - Biblioteca	3.703,10D	0,00	0,00	3.703,10D
1.2.3.1.1.09 - Obras de Arte	43.503,00D	0,00	0,00	43.503,00D
1.2.3.1.1.10 - Outros Bens Móveis	81.849,68D	0,00	0,00	81.849,68D
1.2.3.2 - BENS IMÓVEIS	32.572.550,00D	1.290.000,00	0,00	33.862.550,00D
1.2.3.2.1 - BENS IMÓVEIS	32.572.550,00D	1.290.000,00	0,00	33.862.550,00D
1.2.3.2.1.01 - Edifícios	20.672.242,99D	1.290.000,00	0,00	21.962.242,99D
1.2.3.2.1.02 - Terrenos	11.900.307,01D	0,00	0,00	11.900.307,01D
1.2.4 - INTANGÍVEL	275.722,00D	19.720,00	0,00	295.442,00D
1.2.4.1 - SOFTWARES	275.722,00D	19.720,00	0,00	295.442,00D
1.2.4.1.1 - SOFTWARE	275.722,00D	19.720,00	0,00	295.442,00D
1.2.4.1.1.02 - Aquisição de Software Corporativo	275.722,00D	0,00	0,00	275.722,00D
1.2.4.1.1.03 - Software	0,00	19.720,00	0,00	19.720,00D

Nota Explicativa 1.8

Passivo Circulante

O Passivo Circulante compreende as obrigações do Crea-MS que devem ser liquidadas no curto prazo, normalmente até 12 meses após a data do balanço. Nesta conta estão registrados: salários e férias a pagar, encargos sociais (INSS, FGTS, PIS), fornecedores diversos, valores



restituíveis (como retenções de impostos, empréstimos a funcionários, vale-transporte, vale-alimentação e plano de saúde) e honorários de sucumbência.

CONTA	SALDO ANTERIOR	DÉBITOS	CRÉDITOS	SALDO
2.1 - PASSIVO CIRCULANTE	1.548.111,03C	11.990.183,11	11.949.980,53	1.507.908,45C
2.1.1 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	1.480.639,88C	1.734.392,00	1.734.392,00	1.480.639,88C
2.1.1.1 - PESSOAL A PAGAR	1.160.168,77C	1.464.386,20	1.464.386,20	1.160.168,77C
2.1.1.1.1 - PESSOAL A PAGAR	1.160.168,77C	1.464.386,20	1.464.386,20	1.160.168,77C
2.1.1.4 - ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	320.471,11C	270.005,80	270.005,80	320.471,11C
2.1.1.4.1 - ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	320.471,11C	270.005,80	270.005,80	320.471,11C
2.1.3.1.1.01 - Fornecedores	35.166,08C	3.498.495,07	3.463.728,85	399,86C
2.1.8 - DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	80.701,22C	6.743.670,55	6.689.838,04	26.868,71C
2.1.8.8 - VALORES RESTITUÍVEIS	67.408,48C	388.037,61	334.066,04	13.436,91C
2.1.8.8.1 - VALORES RESTITUÍVEIS	67.408,48C	388.037,61	334.066,04	13.436,91C
2.1.8.8.1.01 - CONSIGNAÇÕES	67.266,39C	388.037,61	332.064,01	11.292,79C
2.1.8.8.1.03 - DEPÓSITOS JUDICIAIS	142,09C	0,00	2.002,03	2.144,12C
2.1.8.9 - OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	13.292,74C	6.355.632,94	6.355.772,00	13.431,80C
2.1.8.9.1 - OUTROS VALORES PASSIVOS	13.292,74C	6.355.632,94	6.355.772,00	13.431,80C

Cabe destacar que, no âmbito da conta 2.1.8.8.1.01 – Consignações, foram identificadas três subcontas com saldo devedor, em desconformidade com sua natureza credora. As ocorrências referem-se a:

- Plano de saúde Unimed (R\$ 3.681,74);
- Empréstimo Mútua (R\$ 58,79);
- IRRF sobre rendimentos do trabalho assalariado (R\$ 33.913,88).

No que se refere ao plano de saúde, o saldo devedor decorre de pagamento antecipado. Verificou-se que a folha de janeiro foi quitada em fevereiro, enquanto o pagamento do plano de saúde foi realizado já considerando a competência de fevereiro. Tal desalinhamento entre a competência da folha e o desembolso ocasionou divergência entre os valores consignados (cota patronal e do segurado) e o montante efetivamente pago, resultando em saldo devedor na conta passiva.

Quanto ao empréstimo Mútua, o saldo decorre do pagamento indevido de parcela referente a servidor exonerado em novembro. Informa-se que o processo de ressarcimento se encontra em andamento.

Em relação ao IRRF sobre rendimentos do trabalho assalariado, a divergência ainda está em análise. Foram identificadas inconsistências, especialmente nos valores de férias, com diferenças entre os montantes apurados na folha de pagamento e os valores recolhidos via DARF,



sendo constatados pagamentos superiores ao efetivamente retido. O setor contábil encontra-se em tratativas com a área de gestão de pessoas visando identificar a origem da divergência e promover a devida regularização.

Nota Explicativa 1.9

Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido representa a diferença entre o total de ativos e passivos, refletindo os recursos próprios da entidade.

CONTA	SALDO ANTERIOR	DÉBITOS	CRÉDITOS	SALDO
2.3.7 - RESULTADOS ACUMULADOS	156.189.015,43C	13.625,49	0,00	156.175.389,94C
2.3.7.1 - SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	156.189.015,43C	13.625,49	0,00	156.175.389,94C
2.3.7.1.1 - SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	156.189.015,43C	13.625,49	0,00	156.175.389,94C
2.3.7.1.1.02 - SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	156.189.015,43C	13.625,49	0,00	156.175.389,94C
2.3.7.1.1.02.02.01 – Ajuste De Exercícios Anteriores	28,18C	13.625,49	0,00	13.597,31D

O valor registrado em Ajustes de Exercícios Anteriores refere-se à regularização de um lançamento contábil vinculado a um resto a pagar do exercício de 2024, que foi anulado em 2025. No momento da anulação, o sistema efetuou a baixa do passivo de forma incorreta, fazendo com que a conta de restos a pagar passasse a apresentar saldo devedor.

Como essa conta possui natureza credora, tal situação não representa adequadamente a posição patrimonial, sendo necessário o registro do ajuste para reclassificar o saldo e restabelecer a correta natureza da conta. Dessa forma, o lançamento em Ajustes de Exercícios Anteriores teve como finalidade corrigir essa distorção, refletindo adequadamente a realidade contábil do Conselho.

Nota Explicativa 2

Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário é uma demonstração que evidencia a execução do orçamento aprovado para o exercício, demonstrando as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas, liquidadas e pagas. Tem como objetivo principal acompanhar e controlar a conformidade entre o planejamento financeiro previsto e sua realização, proporcionando transparência sobre a gestão dos recursos públicos e auxiliando na avaliação do cumprimento das metas orçamentárias estabelecidas.



Em fevereiro de 2026, tem-se um total de R\$ 5.654.065,34 de receitas realizadas confrontando com R\$ 1.932.943,82 de despesas pagas. A diferença entre receitas e despesas indica um saldo positivo de R\$ 3.721.121,52.

Nota Explicativa 3

Balanco Financeiro

O Balanço Financeiro é uma demonstração contábil que evidencia as receitas arrecadadas e as despesas pagas durante o exercício financeiro, demonstrando os recursos financeiros efetivamente movimentados em caixa e equivalentes de caixa. Seu objetivo é proporcionar transparência sobre a execução financeira, permitindo o acompanhamento do fluxo de recursos e garantindo o controle adequado dos valores disponíveis para o cumprimento das obrigações da entidade.

Até fevereiro, no exercício atual, os ingressos e dispêndios totalizaram R\$ 63.294.915,20, representando um aumento de R\$ 12.246.514,35 em relação ao exercício anterior, evidenciando o crescimento das operações financeiras do Conselho.

Nota Explicativa 4

Variações Patrimoniais

Variações Patrimoniais correspondem às alterações ocorridas no patrimônio do Crea-MS ao longo do exercício, decorrentes de fatos contábeis que impactam positiva ou negativamente o patrimônio líquido. Essas variações podem ser aumentativas, quando resultam em acréscimo patrimonial, como receitas orçamentárias e extraorçamentárias, ou diminutivas, quando provocam redução do patrimônio, como despesas, perdas e depreciações. O reconhecimento das variações patrimoniais observa o regime de competência, conforme as normas de contabilidade aplicadas ao setor público.

Até o mês de fevereiro de 2026, registram-se variações patrimoniais aumentativas no montante de R\$ 30.729.560,11, decorrentes, principalmente, do reconhecimento de receitas orçamentárias e de créditos a receber que impactaram positivamente o patrimônio do Crea.

No mesmo período, as variações patrimoniais diminutivas totalizam R\$ 5.048.511,62, relacionadas às despesas incorridas, perdas e demais fatos contábeis que reduziram o patrimônio.

A diferença entre as variações aumentativas e diminutivas resultou em um superávit patrimonial de R\$ 25.681.048,49, cuja soma com as variações patrimoniais diminutivas perfaz o montante das variações patrimoniais aumentativas, totalizando R\$ 30.729.560,11.



Nota Explicativa 5

Comparativo da Receita

O Comparativo da Receita apresenta a análise das receitas arrecadadas em diferentes períodos, permitindo a identificação de variações, tendências e comportamentos ao longo do tempo. Essa comparação é essencial para avaliar a performance financeira da entidade, planejar ações estratégicas e garantir a sustentabilidade dos recursos necessários ao cumprimento das suas atividades institucionais.

No mês de fevereiro de 2026, foram arrecadados R\$ 5.654.065,34, correspondendo a um índice de execução de 13,23% em relação à previsão orçamentária. No acumulado do exercício, a arrecadação atingiu 24,81% do valor orçado.

Nota Explicativa 5.1

Programas de Recuperação de Crédito

Programas de Recuperação de Crédito no âmbito do Crea são instrumentos administrativos temporários destinados à regularização de débitos de anuidades, multas e demais obrigações pecuniárias. Tais programas oferecem condições excepcionais de pagamento, como redução de encargos moratórios e opções ampliadas de parcelamento, com a finalidade de reduzir a inadimplência e recompor a receita do Conselho. A iniciativa permite a consolidação dos débitos em acordo único, favorecendo a regularização cadastral de profissionais e empresas e contribuindo para a continuidade das atividades institucionais de fiscalização e gestão do Sistema Confea/Crea.

Em fevereiro, foram arrecadadas as seguintes receitas:

ANUIDADE	TOTAL RECEBIDO CONFEA	TOTAL RECEBIDO CREA
RC 2023	R\$ 45,92	R\$ 260,20
RC 2024	R\$ 165,27	R\$ 936,55
RC 2024 2ª Edição	R\$ 357,31	R\$ 2.024,77
RC 2025	R\$ 25.276,23	R\$ 143.231,97
RC 2025 2ª Edição	R\$ 2.444,30	R\$ 13.851,03
RC 2025 2ª edição - Decisão D/MS n.99/2025	R\$ 5.252,91	R\$ 29.766,52
TOTAL	R\$ 33.541,95	R\$ 190.071,03



AUTO DE INFRAÇÃO	TOTAL RECEBIDO CONFEA	TOTAL RECEBIDO CREA
RC 2023	R\$ 42,02	R\$ 238,12
RC 2024	R\$ 149,10	R\$ 844,91
RC 2024 2ª Edição	R\$ -	R\$ -
RC 2025	R\$ 11.545,14	R\$ 65.422,48
RC 2025 2ª Edição	R\$ 342,06	R\$ 1.938,37
RC 2025 2ª edição - Decisão D/MS n.99/2025	R\$ 2.630,37	R\$ 14.905,43
TOTAL	R\$ 14.708,70	R\$ 83.349,30

Totalizando R\$ 48.250,65 para o Confea e R\$ 273.420,33 para o Crea-MS.

Por fim, apresentam-se a seguir os valores arrecadados pelos Programas de Recuperação de Crédito:

	TOTAL RECEBIDO CONFEA	TOTAL RECEBIDO CREA
ANUIDADES E AUTO DE INFRAÇÃO	R\$ 496.513,65	R\$ 2.813.577,38

Nota Explicativa 5.2

Créditos Vencidos e Não Recebidos

Créditos vencidos e não recebidos correspondem aos valores devidos ao Crea, oriundos de taxas, anuidades e demais cobranças, cujo prazo de pagamento já expirou, permanecendo pendentes de recebimento.

O quadro abaixo demonstra o volume financeiro atualmente em cobrança na Procuradoria Jurídica, sendo que de acordo com os dados do “eCREA- Portal de Consultas”, tem-se:

- 24.800 processos em cobrança da fase administrativa (17.611 de natureza tributária e 7.189 de natureza não tributária);
- 899 processos de termos de confissão de dívida ativa, face a unificação de 2.058 processos;
- 1.101 processos em cobrança executiva, totalizando R\$ 13.776.001,18

PJU	TRIBUTÁRIA	NÃO TRIBUTÁRIA	TOTAL
Não inscrito	R\$ 21.924.711,89	R\$ 8.526.472,96	R\$ 30.451.184,85
Inscrito	R\$ 9.994.912,04	R\$ 32.224.892,83	R\$ 42.219.804,87



TOTAL	R\$ 31.919.623,93	R\$ 40.751.365,79	R\$ 72.670.989,72
--------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------

Em relação às anuidades de exercícios anteriores que estão em cobrança pelo Departamento de Atendimento e Registro e que ainda não foram encaminhadas para inscrição em dívida ativa tem-se 2.807 anuidades de PJ e 4.406 anuidades de PF, conforme demonstrado abaixo:

DAR	TRIBUTÁRIA	NÃO TRIBUTÁRIA	TOTAL
Não inscrito	R\$ 7.066.888,24	-	R\$ 7.066.888,24
Inscrito	-	-	-
TOTAL	R\$ 7.066.888,24	-	R\$ 7.066.888,24

Ressalta-se que, para o exercício atual, o saldo a receber é de R\$ 10.949.771,53.

O quadro abaixo apresenta o volume financeiro total de créditos vencidos e não recebidos, evidenciando um aumento de 0,27% em relação ao apurado em janeiro/2026.

	TRIBUTÁRIA	NÃO TRIBUTÁRIA	TOTAL
Não inscrito	R\$ 28.991.600,13	R\$ 8.526.472,96	R\$ 37.518.073,09
Inscrito	R\$ 9.994.912,04	R\$ 32.224.892,83	R\$ 42.219.804,87
TOTAL	R\$ 38.986.512,17	R\$ 40.751.365,79	R\$ 79.737.877,96

Nota Explicativa 5.3

Registros de Pessoas Físicas e Jurídicas

Os registros de Pessoas Físicas e Pessoas Jurídicas referem-se às inscrições concedidas pelo Crea em novembro. Os registros são realizados conforme a legislação profissional vigente e representam o ingresso de novos habilitados no Sistema Confea/Crea. O quantitativo apresentado inclui registros de Pessoas Físicas e Jurídicas. Segue abaixo os dados referente a fevereiro/2026:

REGISTRO PESSOA FÍSICA	
ENSINO SUPERIOR	113
ENSINO TÉCNICO	0
VALOR DEVIDO	R\$ 31.127,56



VALOR PAGO	R\$ 15.940,44
COTA CREA (85%)	R\$ 13.549,37

Ressalta-se que, do valor total devido, R\$ 1.227,02 correspondem a profissionais isentos do pagamento de registro.

REGISTRO PESSOA JURÍDICA	
ANUIDADES	53
VALOR DEVIDO	R\$ 59.249,20
VALOR PAGO	R\$ 27.405,28
COTA CREA (85%)	R\$ 23.294,48

A diferença identificada entre o valor devido e o valor efetivamente pago nas anuidades decorre da aplicação de descontos e benefícios instituídos pelo Crea, em conformidade com normativos do Sistema Confea/Crea.

Adicionalmente, parte da diferença também decorre de inadimplências, ou seja, valores que permanecem em aberto até a efetiva quitação pelo profissional ou empresa.

Nota Explicativa 5.4

No mês de fevereiro, o Crea-MS registrou Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) relativas às atividades técnicas desenvolvidas pelos profissionais legalmente habilitados, em conformidade com a legislação vigente e os normativos do Sistema Confea/Crea.

O total de ARTs registradas no período compreende os registros efetuados no sistema corporativo, englobando ARTs iniciais, complementares, de substituição e de regularização, conforme aplicável. Esses registros têm como finalidade formalizar a responsabilidade técnica dos profissionais pelas obras e serviços executados. Segue abaixo a tabela explicativa referente aos registros de ARTs do mês de fevereiro:

REGISTRO DE ARTS		
Modalidade	Fevereiro	
	Quantidade	Valor
Agrimensura	111	R\$ 8.252,04
Agronomia	2.518	R\$ 221.373,53
Civil	2.773	R\$ 300.406,65
Eletricista	2.034	R\$ 159.272,33



Especiais	2	R\$ 147,42
Geologia e Minas	167	R\$ 13.996,43
+ de 1 Modalidade	1.668	R\$ 140.817,30
Mecânica e Metalurgia	668	R\$ 62.759,43
Química	37	R\$ 2.968,25
Total Geral	9.978	R\$ 909.993,38

Nota Explicativa 6

Comparativos da Despesa Empenhada, Liquidada e Paga

Os Comparativos da Despesa Liquidada e Empenhada apresentam a análise das despesas nos períodos avaliados, destacando os valores empenhados — que representam os compromissos assumidos — e os valores liquidados — correspondentes às obrigações efetivamente reconhecidas. Essa comparação permite avaliar a eficiência na gestão orçamentária, o cumprimento das previsões financeiras e o controle das despesas, auxiliando no planejamento e na transparência da execução orçamentária da entidade.

Em fevereiro, o total de despesas empenhadas atingiu R\$ 20.371.944,34.

As despesas liquidadas totalizaram R\$ 1.933.343,68.

Por fim, as despesas pagas totalizaram R\$ 1.932.943,82 representando 4,52% do orçamento previsto.

Nota Explicativa 7

Demonstrativos de Receitas

Os Demonstrativos de Receitas apresentam detalhadamente todas as fontes de receita durante o exercício financeiro, incluindo anuidades, taxas, contribuições, convênios e outras receitas operacionais. Esses demonstrativos têm como objetivo proporcionar transparência na origem dos recursos, permitindo o acompanhamento da arrecadação e a análise da composição das receitas, juntamente com os valores do Crea-MS e a cota parte do Confea e Mútua, dados estes essenciais para a gestão financeira e o planejamento institucional da Instituição. Segue abaixo o demonstrativo de cotas por entidade do mês de fevereiro/2026:

DEMONSTRATIVO DE COTAS	
Cota Confea	R\$ 907.305,55
Cota Mútua	R\$ 267.569,57



Confea/Prodesu	R\$ -	
Crea	R\$	5.654.065,34
TOTAL	R\$	6.828.940,46

Informa-se que, a partir de janeiro de 2026, a contribuição ao Prodesu deixou de ser realizada, tendo em vista a revogação do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Sistema Confea/Crea e Mútua – Prodesu, nos termos da Resolução nº 1.151/2025.

Nota Explicativa 8

Relação de Empenhos

A relação de empenhos é um documento ou registro utilizado na administração pública que lista todos os empenhos emitidos em determinado período.

No mês de fevereiro, foram registrados 168 empenhos, sendo 130 do tipo ordinário, 36 estimativos e 2 globais, totalizando pagamentos no valor de R\$ 1.750.564,15 referentes a esses empenhos. Ressalta-se que os maiores montantes estão vinculados a plano de saúde, folha de pagamento e vale alimentação.

Nota Explicativa 9

Demonstrativo de Empenhos e Pagamentos

O Demonstrativo de Empenhos e Pagamentos apresenta detalhadamente todos os empenhos registrados pelo órgão durante o período, bem como os pagamentos efetuados a partir desses empenhos. O documento permite acompanhar a execução orçamentária, evidenciando os valores comprometidos, liquidados e pendentes, proporcionando transparência e controle sobre a gestão dos recursos públicos.

Em fevereiro, foram empenhados R\$ 23.748.115,87, liquidados R\$ 1.933.343,68 e pagos R\$ 1.932.943,82, resultando em um saldo a liquidar de R\$ 21.507.346,94 com destaque para o programa finalidade.

Campo Grande, 20 de março de 2026.

Paola Jenifer Lopes Gomes
Contadora CRC MS-015936/O-1

Eng. Agrim. Vânia Abreu de Mello
Presidente Crea-MS



Documento assinado eletronicamente por **Paola Jenifer Lopes Gomes, Contador**, em **20/03/2026**, às **12:26**, conforme horário oficial de Campo Grande, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [DECRETO Nº 10.543, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2020](#)



Documento assinado eletronicamente por **VANIA ABREU DE MELLO, Presidente**, em **20/03/2026**, às **13:41**, conforme horário oficial de Campo Grande, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [DECRETO Nº 10.543, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2020](#)

